

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- RN

Estudo Técnico Preliminar 28/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08420.005859/2025-32

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento contínuo e sob demanda de gêneros alimentícios diversos – incluindo Açúcar, Adoçante e Café (Torrado e Moído e em Grãos) – destinados ao suprimento e suporte das atividades desenvolvidas nos diversos setores da Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Norte (SR/PF/RN) e suas Unidades Descentralizadas.

2.1.1. Este fornecimento é classificado como essencial e inadiável, visto que garante a plena continuidade das atividades administrativas e o suporte logístico às operações da Unidade. A ausência desta contratação ou a interrupção do abastecimento configura risco iminente de desabastecimento, comprometendo a eficiência e o bem-estar no serviço público.

2.2. Os quantitativos desses materiais foram estimados para o período de 12 (doze) meses, com base no relatório de consumo do ano anterior, levantado pelo Núcleo de Material-NUMAT/SELOG/SR/PF/RN, nas solicitações de itens específicos por outros setores desta Superintendência e na necessidade imprescindível de se manter um estoque adequado deste tipo de bem para atender as demais demandas repentinas/não previstas e apresentadas pelas delegacias e setores desta descentralizada na promoção de cursos e eventos locais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NUMAT/SELOG/SR/PF/RN	ALINE ANANIAS DE OLIVEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação**Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Enquanto se aguarda a publicação e implementação do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) próprio da Polícia Federal, esta contratação se alinha às diretrizes federais vigentes, em especial àquelas contidas na Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, de modo a garantir o cumprimento do princípio do desenvolvimento nacional sustentável, conforme a Lei nº 14.133/2021.

4.1.2. Dimensão Ambiental (Foco no Produto e Embalagem) - Os seguintes requisitos visam minimizar o impacto ecológico na produção, transporte e descarte dos insumos:

4.1.2.1. Embalagens Sustentáveis: Exigir que as embalagens primárias e secundárias sejam constituídas, no todo ou em parte, por material reciclado, biodegradável ou compostável. Isso inclui o tipo de plástico do café, o saco do açúcar ou o frasco do adoçante.

4.1.2.2. Logística Reversa: O fornecedor deverá apresentar um plano ou declaração de que se responsabilizará pelo recolhimento e destinação final ambientalmente correta das embalagens pós-consumo, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.1.2.3. Certificações Ambientais: Será dada preferência ou pontuação técnica adicional aos fornecedores que apresentarem certificações de produto verde ou que comprovem a observância de requisitos ambientais, como selos reconhecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) para rotulagem ambiental (Tipo I) ou similares, que atestem a produção com menor impacto.

4.1.2.4. Redução de Agrotóxicos/Orgânicos: Será dada preferência (ou pontuação) ao fornecimento de café ou açúcar oriundos de produção que utilize práticas de manejo de baixo impacto ambiental, como a produção orgânica (com certificação do MAPA) ou que comprovem a não utilização de agrotóxicos proibidos no país.

4.1.3. Dimensão Social (Foco na Cadeia de Produção) - Os seguintes requisitos visam garantir condições de trabalho justas e promover o desenvolvimento social:

4.1.3.1. Não Utilização de Mão de Obra Degradante: Exigir declaração expressa e a apresentação de Certidões Negativas que atestem o não emprego de mão de obra infantil, análoga à escrava ou degradante em qualquer etapa da cadeia produtiva (colheita do café/cana-de-açúcar, processamento e embalagem).

4.1.3.2. Inclusão Social na Execução: Quando aplicável e justificado, poderá ser exigido que um percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do contrato (p. ex., logística ou serviços correlatos) seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica ou egressos do sistema prisional, conforme o Art. 25, § 9º, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.4. Dimensão Econômica e Governança (Foco na Gestão do Contrato) - Os seguintes requisitos visam garantir a eficiência, a transparência e o desempenho do fornecimento:

4.1.4.1. Qualidade e Conformidade Permanente: Será exigida a apresentação de um Plano de Gestão da Qualidade que demonstre como o fornecedor manterá a rastreabilidade e a conformidade integral com as normas do MAPA e ANVISA em todas as entregas durante a vigência do contrato.

4.1.4.3. Plano de Logística Sustentável (PLS) da Contratada: O fornecedor deverá demonstrar conhecimento e alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão contratante, propondo soluções para otimizar a distribuição, reduzir o consumo de recursos (combustível, água, energia) e minimizar a geração de resíduos no processo de entrega e armazenamento.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Em consonância com o Art. 41, I, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, a menção às marcas Três Corações, Pilão e Melitta para o item Café (e correlatos) e suas equivalentes para os demais itens tem a finalidade exclusiva de fornecer uma referência objetiva de qualidade e desempenho desejados pela Administração. Tais marcas são amplamente reconhecidas no mercado e servem para descrever o objeto de forma mais compreensível, estabelecendo um padrão técnico mínimo a ser atendido. Fica expressamente consignado que a indicação dessas marcas não configura exigência ou direcionamento, sendo plenamente aceitável a apresentação de produtos de outras marcas que comprovem possuir qualidade equivalente ou superior às referências mencionadas, mediante a apresentação de especificações técnicas, laudos ou certificações pertinentes no Termo de Referência.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Para garantir a integridade do fornecimento e a segurança alimentar, fica expressamente VEDADA a aceitação de qualquer lote de café — Torrado e Moído ou em Grãos — de marcas ou fornecedores que, em qualquer momento anterior, tenham tido lotes DESCLASSIFICADOS por órgãos fiscalizadores competentes, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), por motivos de fraude, adição de impurezas acima do limite legal, má conservação ou qualquer não conformidade sanitária que configure risco à saúde humana. Esta vedação é imediata e irrevogável para a entrega em questão, e a constatação de desclassificação prévia por tais motivos poderá ser considerada um fator impeditivo para a continuidade do fornecimento, mesmo que o lote apresentado no momento da entrega possua laudo de classificação regular.

4.3.1. Essa vedação se justifica pela imperiosa necessidade de proteção do interesse público e da saúde dos consumidores, conforme previsto nos arts. 5º e 11, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. O histórico de desclassificação por fraude ou impureza pelo MAPA ou ANVISA compromete a idoneidade e a confiança na gestão de qualidade da marca, configurando um risco inaceitável para o fornecimento de gêneros alimentícios, devendo o licitante ser desqualificado, mesmo que o novo lote apresentado esteja momentaneamente conforme.

Da exigência de amostra

4.4. A fase de seleção e habilitação do fornecedor não exigirá a apresentação de amostras prévias. Contudo, no ato do recebimento provisório de cada lote entregue, será realizada a análise e a verificação obrigatória dos aspectos de qualidade, integridade e conformidade regulatória dos produtos (café, açúcar e adoçante).

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Em consonância com o princípio da simplificação administrativa e visando a máxima ampliação da competitividade no certame, não será exigida a apresentação de Carta de Solidariedade do fabricante ou produtor para fins de habilitação ou classificação de propostas. A garantia de fornecimento contínuo e a manutenção dos padrões de qualidade não serão comprometidas, uma vez que a Administração se resguarda por mecanismos contratuais mais eficazes, notadamente através da aplicação do Índice de Mensuração de Qualidade (IMQ), da previsão de glosa no faturamento para lotes não conformes, e da aplicação das sanções contratuais por inexecução parcial ou total do objeto, eliminando a necessidade de exigências documentais que possam restringir indevidamente a participação.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Em conformidade com o Art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, que confere à autoridade competente a faculdade de exigir a prestação de garantia, a Administração, após análise de risco e avaliação da natureza do objeto – fornecimento contínuo de bens de consumo imediato –, decide não exigir a garantia da execução contratual prevista no § 1º do referido artigo.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.8. Para o Grupo 1, (Itens 1, 2 e 3) a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.9. Para o Item 4 não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

Participação Consórcio

4.10. Não será permitido a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio. A vedação da participação de consórcios neste Pregão, justifica-se na discricionariedade administrativa e no princípio da eficiência, conforme preconiza a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU). Diferentemente de contratações de grande vulto ou alta complexidade técnica, para as quais o consórcio é frequentemente recomendado, a natureza do contrato de

fornecimento de gêneros alimentícios é de baixa complexidade não justifica a união de empresas para fazer frente a esse fornecimento. A permissão para a formação de consórcios, neste contexto, não apenas deixa de agregar ganhos técnicos ou econômicos perceptíveis, mas também introduz uma complexidade burocrática desnecessária. Essa medida se justifica, portanto, pela necessidade de racionalizar e simplificar a gestão contratual e a fiscalização. A participação em consórcio eleva a complexidade nos processos de habilitação, aplicação de sanções e acompanhamento da responsabilidade solidária ou proporcional dos consorciados, aumentando os custos indiretos de administração e os riscos de morosidade na execução do contrato. Ao vedar o consórcio, a Administração Pública busca obter maior número de licitantes individuais e, conseqüentemente, ampliar a competitividade do certame, alinhando-se à busca pela proposta mais vantajosa e pela maior eficiência na execução de serviços comuns.

Margem de Preferência

4.11. Conforme o disposto no art. 26 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto Federal nº 11.890/2024, a aplicação da Margem de Preferência para bens manufaturados nacionais é um instrumento de incentivo que exige a listagem expressa dos produtos beneficiados por meio de Resolução da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS). Após análise das Resoluções vigentes da CICS, que atualmente focam em setores estratégicos de maior valor agregado, como tecnologia, energia e bens de capital (NCMs específicas), conclui-se que os itens deste objeto — Café em Grão, Café Torrado Moído, Açúcar e Adoçante — não estão contemplados nas listas de códigos NCM que autorizam a concessão da margem de preferência normal ou adicional. Dessa forma, a não aplicação desta política é mandatória, em estrita observância ao princípio da legalidade.

Requisitos de Qualidade

4.12. Requisitos de Qualidade do Item 1 - Açúcar Cristal Tipo I

4.12.1. Os Requisitos de Qualidade do Açúcar do Grupo I (Consumidor Final) são definidos a partir de limites máximos e mínimos, de acordo com a Classe e o Tipo do açúcar, e estão detalhados no Anexo III da Instrução Normativa Nº 47/2018 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), os quais apresento:

Classes	Tipos	Polarização (°Z mín.)	Umidade (% máx.)	Cor ICUMSA (UI Máx.)	Cinzas Condutimétricas (% máx.)	Pontos Pretos (nº /100g máx.)	Partículas Magnetizáveis (mg/Kg máx.)
CRISTAL BRANCO	Cristal	99,5	0,10	300 (*)	0,10	20	15

4.13. Requisitos de qualidade do Item 2 - Adoçante

4.13.1. O adoçante líquido, classificado como dietético e tendo como edulcorante principal a sucralose (obtida da cana-de-açúcar), deverá atender integralmente aos requisitos de identidade, qualidade e segurança sanitária estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), órgão responsável pela autorização e avaliação do perfil de segurança de aditivos alimentares no país, com base em diretrizes internacionais (FAO/OMS).

O produto deve, minimamente, apresentar-se em aspecto físico líquido, ser fornecido em embalagem de 100 ml com bico dosador e estar em conformidade com toda a legislação de rotulagem vigente, incluindo a comprovação de registro ou autorização no Ministério da Saúde/ANVISA. Adicionalmente, o requisito mínimo de conservação exige que o produto apresente um prazo de validade de, no mínimo, 12 (doze) meses a partir da data da entrega, garantindo a sua estabilidade e qualidade durante o período de uso.

4.14. Requisitos de Qualidade dos Itens 3 e 4 - Café Torrado Moído e Café em Grãos

4.14.1. O café a ser fornecido deve, obrigatoriamente, ser classificado no mínimo na categoria Superior (ABIC) ou Gourmet (padrão SCA) ou equivalente, e possuir o Selo de Pureza e Qualidade da ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café).

4.14.2. Será IMEDIATAMENTE REJEITADA a proposta de fornecimento de marcas e/ou produtos que tenham tido quaisquer de seus lotes desclassificados, interditados ou com ordem de recolhimento emitida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) ou pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nos últimos 12 (doze) meses, por motivos de:

- a) Fraude, adulteração ou presença de elementos estranhos.
- b) Impurezas ou Matérias Estranhas acima dos limites legais.
- c) Presença de contaminantes (ex: micotoxinas) em níveis prejudiciais à saúde.

4.14.3. A rejeição se aplica a qualquer marca ou produto com histórico recente de não conformidade grave, independentemente de o lote específico ofertado no certame ser considerado regular.

4.14.4. Padrões Mínimos para Café Torrado e Moído.

Categoria	Parâmetro	Limite de Tolerância (Máximo ou Mínimo)	Base Legal (Portaria SDA 570/2022)
Características Físicas / Limites de Tolerância	Umidade	Máximo de 5,0% (cinco por cento)	Art. 14
	Matérias Estranhas e Impurezas (somatório)	Tolerância de 1% em massa para o café do Tipo Único.	Anexo I (Tabela 1 e Art. 6º)
	Elementos Estranhos	Ausência (detecção visual ou macroscópica).	Art. 3º, § 2º (Requisitos de Qualidade)
Características Químicas	Extrato Aquoso	Mínimo de 20% (vinte por cento)	Anexo II (Parâmetros para Café Fora de Tipo)
	Cafeína (em café não descafeinado)	Não há limite máximo. O teor mínimo é estabelecido por regulamentos complementares (não diretamente na 570).	Anexo II
	Cafeína (em café descafeinado)	Máximo de 0,1% (um décimo por cento)	Art. 6º, Parágrafo Único
Características Sensoriais	Qualidade Global da Bebida	Mínimo de 4,5 pontos (para ser considerado Tipo Único).	Anexo III (Parâmetros para Café Fora de Tipo)
	Odor	Ausência de odor estranho.	Art. 2º, Inciso XII
Características Microbiológicas	Micotoxinas (Ocratoxina A - OTA)	A Portaria 570/2022 não define os limites de contaminantes, mas os exige. Utilize a RDC nº 724/2022 (ANVISA), que estabelece o limite máximo de 10 µg/kg (microgramas por quilograma) para Ocratoxina A em café torrado.	RDC nº 724/2022 (ANVISA)

4.14.5. Padrões Mínimos para Café em Grão (Matéria-Prima)

4.14.5.1. A Portaria SDA nº 570/2022 trata do café torrado e não define um padrão oficial de classificação para o café verde (em grão) – esta é a função da Instrução Normativa MAPA Nº 8/2003.

4.14.5.2. No entanto, para o seu TR, a Portaria 570/2022 é útil ao definir as impurezas que são inaceitáveis no produto final, que vêm da matéria-prima:

Categoria	Parâmetro	Limite de Tolerância (Máximo)	Base Legal (Portaria SDA 570 /2022)
Matérias		Máximo de 1%	Anexo I (Define

Estranhas (No café Torrado)	Inclui cascas, paus, pedras, torrões, areia e fragmentos do cafeeiro.	(somatório com impurezas)	Matérias Estranhas e Impurezas)
Elementos Estranhos (No café Torrado)	Inclui grãos ou sementes de outras espécies vegetais, corantes, borra de café solúvel, etc.	Ausência	Art. 3º, § 2º (Requisitos de Qualidade)

4.15. Critérios de desclassificação e rejeição café

4.15.1. O Café Torrado em Grão ou Torrado e Moído será REJEITADO no momento da entrega ou considerado DESCLASSIFICADO (quando estiver proibido de ser comercializado ou impróprio para consumo humano e animal) se apresentar uma ou mais das seguintes características, conforme a Portaria SDA/MAPA Nº 570/2022 e a Instrução Normativa MAPA Nº 8/2003 (para a matéria-prima):

Categoria	Requisito de Desclassificação	Base Legal	Ação Imediata
Impurezas / Fraude	Matérias Estranhas e Impurezas: Percentual em conjunto superior a 1,0% (um por cento) do peso total do produto.	Portaria 570/2022	Rejeição / Desclassificação.
Condição de Conservação	Aspecto Generalizado de Mofo.	IN 8/2003 e Portaria 570/2022	Desclassificação.
Condição de Conservação	Mau estado de conservação ou aspecto generalizado de deterioração.	IN 8/2003 e Portaria 570/2022	Desclassificação.
Higiene	Presença de Insetos Vivos ou detritos de insetos acima dos limites estabelecidos na legislação sanitária vigente (ANVISA).	IN 8/2003 e Portaria 570/2022	Desclassificação.
Sensorial	Odor Estranho de qualquer natureza, impróprio ao produto, que inviabilize a sua utilização (ex: Odor de fumaça, mofo, produto químico, etc.).	IN 8/2003 e Portaria 570/2022	Desclassificação.
Sanitário / Contaminantes	Resíduos de produtos fitossanitários, Micotoxinas (ex: Ocratoxina A - OTA) ou outros contaminantes químicos/biológicos acima dos limites máximos tolerados pela ANVISA.	Legislação ANVISA (RDC 724 /2022)	Desclassificação.
Sanitário / Contaminantes	Presença de sementes tóxicas (e outros elementos estranhos).	IN 8/2003 e Portaria 570/2022	Desclassificação.
Bebida (Matéria-Prima)	Utilização de café cru (matéria-prima) classificado como "Rio" ou "Rio Zona" (sabor atípico, assemelhado a iodofórmio/ácido fênico).	IN 8/2003	Desclassificação.
Umidade	Umidade superior a 5,0% (cinco por cento) no produto final torrado.	Portaria 570/2022	Rejeição / Desclassificação.

4.16. Condições de Fornecimento

4.16.1. O fornecimento dos produtos, deverá ser efetuado de forma parcelada e sob demanda, de acordo com a necessidade da Contratante, mediante Ordem de Fornecimento (OF).

4.16.2. Com o objetivo de subsidiar o planejamento, a precificação da proposta e garantir a capacidade logística da Contratada, a demanda anual total registrada na Ata de Registro de Preços (ARP) será fracionada em Lotes de Pedido/Entrega Trimestrais, observando as seguintes diretrizes:

a) Os pedidos seguirão o seguinte cronograma de referência trimestral, que é baseado no histórico e na demanda atual de consumo da Contratante:

Lote de Pedido	Percentual do Total da ATA	Período de Referência da Vigência
1º Lote	25%	1º ao 3º mês
2º Lote	25%	4º ao 6º mês
3º Lote	25%	7º ao 9º mês
4º Lote	25%	10º ao 12º mês

4.16.3. Considerando a similaridade e a natureza dos itens (gêneros alimentícios essenciais), registra-se que haverá o agrupamento dos itens 1, 2, 3 (Açúcar Adoçante e Café Torrado Moído) e o Item 4 será licitado apartado, a fim de garantir maior eficiência no processo licitatório e economicidade à Administração, haja vista que:

4.16.3.4. Justificativa para o Agrupamento dos Itens 1, 2 e 3: apesar de o fornecimento de cada item individualmente não gerar, necessariamente, um ganho significativo em escala de preço, a decisão pelo agrupamento dos três itens em lote único se justifica pela vantajosidade logística e administrativa, mitigando riscos operacionais e garantindo a eficiência da contratação, em especial devido à estrutura reduzida de pessoal e à natureza de fornecimento continuado de longo prazo (5 a 10 anos), conforme demonstrado a seguir:

4.16.3.5. Racionalização Administrativa e Otimização de Pessoal (Foco na Escassez): o agrupamento em lote único evita a necessidade de gerenciar múltiplos processos licitatórios e até três contratos distintos e empresas diferentes. Considerando o quadro reduzido e a ausência de servidores dedicados à gestão de contratos, este modelo permite à Administração Pública:

- a) Otimizar Recursos Humanos e Evitar Sobrecarga: Reduz a sobrecarga de trabalho do setor de gestão e fiscalização de contratos. A fragmentação exigiria o quadruplicamento do esforço de gestão, fiscalização, ateste e aplicação de sanções, sobrecarregando de forma insustentável a equipe existente e comprometendo a capacidade de fiscalização efetiva dos demais contratos da Unidade.
- b) Centralizar a Gestão: Facilita a gestão de estoques, emissão de pedidos e acompanhamento do cumprimento da Ata de Registro de Preços, resultando em maior eficiência administrativa.
- c) Assegura Padronização e Logística Única: Garante qualidade e uniformidade no atendimento institucional, além de simplificar o recebimento e armazenamento, já que todo o fornecimento de itens correlatos será feito por um único fornecedor e pedido.
- d) Viabilidade Econômica da Gestão: O custo administrativo de gerenciar quatro contratos/itens separadamente seria desproporcionalmente elevado em relação ao custo do insumo de menor valor, tornando a contratação fracionada antieconômica sob o prisma da eficiência e da racionalização de recursos públicos.

4.16.3.6. Mitigação do Risco de Fracasso e Desabastecimento (Foco na Longevidade) : a contratação fracionada (por item) aumenta a probabilidade de:

- a) Fracasso da Licitação: Se houver um elevado número de itens (quatro), a licitação fracionada eleva o risco de itens desertos ou fracassados, o que comprometeria imediatamente o abastecimento de um ou mais produtos essenciais.
- b) Risco de Inexecução (Itens de Menor Valor em Longo Prazo): Há um risco real de que a empresa vencedora de itens de menor valor unitário (Ex: Açúcar ou Adoçante), ou com baixa margem de lucro, demonstre menor interesse na entrega, especialmente em contratos de longa duração (5 a 10 anos). Este desinteresse resulta em futura inexecução contratual, interrupção do fornecimento contínuo e necessidade de abertura de um novo e custoso processo licitatório remedial.

4.16.3.7. Viabilidade Econômica da Continuidade (Incentivo ao Longo Prazo): a contratação agrupada em lote único, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), garante que o contrato se mantenha economicamente viável para o fornecedor ao longo do seu prazo de vigência ou prorrogação.

a) O valor total do lote incentiva a participação de empresas mais qualificadas, com maior estrutura e capacidade logística, aptas a se comprometerem com a execução de um fornecimento, sob demanda, de caráter contínuo e estável por 5 a 10 anos.

b) A estabilidade contratual de um lote de maior valor mitiga o risco de desinteresse do mercado nas prorrogações subsequentes da Ata de Registro de Preços, garantindo a regularidade e a não interrupção do serviço e economizando o tempo dos escassos servidores públicos com a repetição de certames.

4.17. Prazo e Condições de Execução de Cada Pedido

4.17.1. Prazo Padrão de Entrega: o prazo de entrega dos itens é de 30 (trinta) dias, a serem contados a partir da data de envio da Ordem de Fornecimento (OF) pela Contratante.

4.17.2. Composição da Ordem de Fornecimento (OF): a Ordem de Fornecimento será emitida contendo todos os itens do Lote Único (Itens 1, 2, 3 e 4), e a quantidade de cada item solicitada na OF será especificada pela Contratante.

a) Percentual Estimado por OF (Regra Geral): estima-se, em regra, que a Ordem de Fornecimento solicitada a cada trimestre corresponda a um percentual de 25% do quantitativo total anual de cada item.

Lotes de Entrega	Composição Mínima da Parcela	Prazo de Entrega
Cada Pedido (OF)	Mínimo de 10% do quantitativo total anual de cada item do lote.	30 dias do envio da Ordem de Fornecimento com empenho.

b) Variação Excepcional: Embora o padrão desejável seja o pedido de 25% (conforme a referência trimestral), o percentual de cada item solicitado na OF poderá sofrer variações (para mais ou para menos) em razão de fato superveniente ou de necessidade devidamente justificada da Administração. Contudo, em nenhuma hipótese, o percentual de solicitação de um item solicitado em uma OF poderá ser inferior a 10% do seu quantitativo total anual, sem que haja anuência do Contratado em razão dos custos de envio.

4.17.3. Pedidos Isolados de Urgência (Fora da Rotina Trimestral): excepcionalmente, a Contratante poderá emitir Ordem de Fornecimento para a entrega isolada de um ou mais itens específicos, fora do cronograma de referência trimestral, quando o estoque mínimo da unidade estiver em iminência de desabastecimento. Nesses casos, será solicitado um percentual de 10% a 25% do quantitativo total anual do item.

4.17.4. Caso não seja possível entregar o pedido na data avençada, o Contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência do vencimento do prazo, para que o pleito de prorrogação seja analisado pela Contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Índice de Mensuração de Qualidade de Entrega - IMQE

4.18. Será avaliado a Qualidade do Produto, o atendimento do prazo de entrega e o atendimento da quantidade solicitada.

4.19. O não atendimento aos padrões de qualidade mínimos, físicos ou documentais, estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) resultará na rejeição imediata do lote e na aplicação do Índice de Mensuração de Qualidade de Entrega (IMQE).

4.20. A reprovação no IMQE implicará, além da rejeição do lote e da necessidade de sua substituição, na aplicação de glosa no faturamento correspondente à não-conformidade detectada, para fins de ressarcimento ou abatimento de custos.

4.21. Esta glosa, decorrente da aplicação do Índice de Mensuração de Qualidade (IMQ), possui natureza Indenizatória /Compensatória, visando exclusivamente ressarcir a Administração pelos custos e prejuízos diretos (logísticos e administrativos) gerados pela não-conformidade na entrega. Por ter essa finalidade, a glosa é distinta das penalidades administrativas (advertência, multa, suspensão, etc.) previstas na Lei nº 14.133/2021. Estas sanções, que serão regidas pelas cláusulas específicas do contrato, possuem natureza Sancionatória/Punitiva, sendo aplicáveis em casos de inexecução parcial ou total do objeto, fraude ou qualquer descumprimento contratual, e podem ser aplicadas cumulativamente à glosa.

4.22. As Glosas pode ser aplicada cumulativamente com as multas contratuais, pois possuem naturezas e finalidades diferentes.

Categoria de Falha	Previsibilidade de Glosa (Percentual do Lote)	Valor da Glosa (Exemplo R\$?)	Justificativa
A. Qualidade Exigida (Glosa IMQ Crítica)	5% do valor total do lote que for rejeitado por não atendimento a um dos requisitos mínimos de qualidade (IMQ).	R\$ 0,00	Penaliza a falha na cadeia de qualidade, compensando os custos administrativos, de análise laboratorial e de movimentação logística da mercadoria reprovada.
B. Prazo de Entrega (Atraso)	0,5% (meio por cento) por dia de atraso , limitado a 5 dias.	R\$ 0,00 por dia (total máx. R\$ xxx)	Incide sobre o valor do lote entregue com atraso, cobrindo o risco de desabastecimento ou necessidade de compra emergencial.
C. Quantidade Definida (Entrega a menor)	100% do valor do produto não entregue (abatimento) + 5% de glosa sobre o valor não entregue.	Se faltar R\$ xxx (10% do lote), a glosa total será R\$ 0,00 (abatimento) + R\$ 0,00 (5% de glosa) .	Garante que a Administração pagará apenas pelo que recebeu, aplicando um pequeno percentual para penalizar a falha de planejamento/logística.

4.23. Além das especificações técnicas e dos limites de tolerância previstos na Instrução Normativa (IN) nº 8/2003 e na Portaria SDA nº 570/2022 (e demais normas complementares aplicáveis), os critérios de avaliação abaixo detalhados complementarão o trabalho da fiscalização, auxiliando na verificação do atendimento aos requisitos de qualidade quando do recebimento provisório dos produtos e na aplicação do Índice de Mensuração de Qualidade (IMQE).

EIXO DE AVALIAÇÃO	SUBITEM	CRITÉRIO DE VERIFICAÇÃO NA ENTREGA	STATUS	RESULTADO IMQE
1. Conformidade Sanitária e Documental	1.1	Validade Mínima: O prazo de validade é igual ou superior ao mínimo exigido no TR (ex.: 12 meses para o adoçante).	C / NC	Rejeição Imediata
	1.2	Rotulagem Legal: Atende integralmente às exigências de rotulagem nutricional (ANVISA) e traz as informações obrigatórias (ANVISA/MAPA/MS).	C / NC	Rejeição Imediata
	1.3	Registro/Autorização: O produto ou o aditivo (sucralose) possui registro válido ou é autorizado pela ANVISA/MS.	C / NC	Rejeição Imediata

2. Qualidade Intrínseca e Física	2.1	Aspecto Físico: Ausência de aglomerados, empedramentos, umidade excessiva, mofo ou alteração de cor/odor.	C / NC	Rejeição Imediata
	2.2	Limites de Impureza/Fraude: Nível de impurezas, materiais estranhos ou resíduos abaixo dos limites máximos tolerados pelo MAPA (Café) ou ANVISA (Açúcar/Adoçante).	C / NC	Rejeição Imediata
	2.3	Classificação (Café): Atende, no mínimo, à classificação de Categoria, Subcategoria e Tipo exigida no Termo de Referência (conforme a IN MAPA vigente, como a IN nº 08/2003, se aplicável ao produto).	C / NC	Rejeição Imediata
3. Embalagem e Logística	3.1	Integridade: As embalagens primárias e secundárias estão íntegras, sem avarias, vazamentos ou violação.	C / NC	Rejeição Imediata
	3.2	Volume/Peso: O peso líquido ou volume da embalagem corresponde ao exigido (ex.: 100 ml para o adoçante).	C / NC	Rejeição Imediata

5. Levantamento de Mercado

5.1. O estudo aprofundado do mercado de fornecimento de gêneros alimentícios e a posterior verificação das peculiaridades logísticas e técnicas da Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Norte (SR/PF/RN) viabilizaram a escolha da solução de aquisição que melhor atende à realidade da Administração.

5.2. Análise da Solução Adotada (Fornecimento Contínuo Sob Demanda)

A solução de fornecimento de gêneros alimentícios (Açúcar, Adoçante e Café Torrado/Moído e em Grãos) foi estruturada na modalidade fornecimento contínuo sob demanda. Esta decisão estratégica decorre da conjugação de fatores logísticos e técnicos inerentes à natureza dos bens:

- a) Restrição Logística: Capacidade reduzida de espaço físico para depósito e estocagem na SR/PF/RN e Unidades Descentralizadas, o que inviabiliza grandes compras de estoque imediato.
- b) Preservação da Qualidade: Necessidade de preservar as características de perecibilidade e qualidade de itens, especialmente o café, que sofre rápida perda de suas propriedades sensoriais após a torra. O fornecimento sob demanda garante que o produto chegue com a máxima frescura e qualidade ao usuário final.

5.3. Verificação de Contratações Similares e Melhores Práticas

Visando mitigar os riscos inerentes à modalidade de entrega parcelada/sob demanda e identificar as melhores práticas de mercado e gestão, foi realizado um benchmarking com outras Unidades da Polícia Federal que possuem contratos similares, todos com histórico de execução satisfatória:

- SR/PF/MG
- SR/PF/MS
- SR/PF/SP
- Sede CGAD/DLOG/PF

5.4. A análise dessas contratações anteriores serviu como base para a definição de requisitos técnicos e cláusulas de fiscalização, como a aplicação do Índice de Mensuração de Qualidade (IMQ) e a glosa no faturamento, as quais demonstram a adoção de uma modelagem eficiente e testada em contratos da própria Polícia Federal.

5.5. Justificativa para a Modalidade de Aquisição (Sistema de Registro de Preços - SRP)

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para este certame encontra escopo nos seguintes critérios, conforme verificação realizada:

5.5.1. Identificação e Dimensionamento das Necessidades: Levantamento de informações nos diversos setores operacionais e administrativos da SR/PF/RN e DPF/MOS/RN para o dimensionamento quantitativo e a especificação qualitativa das necessidades.

5.5.2. Verificação de Aquisições Anteriores: Análise das aquisições semelhantes em exercícios anteriores e a possibilidade de se estabelecer a padronização para estes gêneros alimentícios, inclusive com base nas aquisições realizadas em outras Superintendências Regionais.

5.5.3. Fundamento Legal para a Utilização do SRP (Decreto nº 11.462/2023): A escolha pela modalidade de Sistema de Registro de Preços está em plena conformidade com a legislação vigente, com fulcro no **Art. 3º, inciso II, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023**. Tal dispositivo legal estabelece que o SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, 'em especial: II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.'. Esta previsão se alinha perfeitamente à natureza do objeto, que é o fornecimento contínuo e sob demanda de gêneros alimentícios, e às restrições logísticas da SR/PF/RN, confirmando a adequação e a legalidade da modalidade de aquisição.

5.6. Vantagens do Sistema de Registro de Preços (SRP)

A escolha pelo SRP é a mais vantajosa para a Administração, pois propiciará, entre outras, as seguintes vantagens:

- **Evolução no Planejamento:** Otimiza a atividade de planejamento organizacional, permitindo maior flexibilidade na execução orçamentária.
- **Eficiência Administrativa:** Promove a redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro, aumentando a eficiência administrativa (UASG 200394).
- **Flexibilidade na Aquisição:** Não há obrigatoriedade em se adquirir os bens e serviços registrados, quer seja em suas quantidades parciais ou totais, permitindo a solicitação de fornecimento somente quando a necessidade de consumo surgir.
- **Otimização de Estoques:** Redução do volume de estoques e, conseqüentemente, do custo de armazenagem e das perdas por perecimento ou má conservação, uma vez que a Administração Pública contrata na medida de suas necessidades imediatas.
- **Celeridade:** Proporciona celeridade da contratação quando houver uma demanda emergencial, haja vista que os preços e fornecedores já estarão registrados na Ata.

5.7. Instrumento Contratual e Capacidade de Fornecimento Contínuo

Adicionalmente à faculdade de utilizar a Ata de Registro de Preços para a emissão de Ordens de Fornecimento diretas e sob demanda, a Administração Pública se reserva o direito de firmar um Contrato de Fornecimento Contínuo com o Fornecedor Registrado, a partir da referida Ata.

Esta opção visa conferir maior segurança à gestão e possibilitar a avaliação da capacidade do fornecedor em manter, a longo prazo, o padrão de qualidade e a regularidade do fornecimento contínuo, conforme as exigências do Termo de Referência.

Essa sistemática se harmoniza com o que preceitua o Parágrafo único do Art. 98 da Lei nº 14.133/2021, o qual, ao tratar da garantia, reconhece a natureza e a especialidade das contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, diferenciando-as das aquisições pontuais e consolidando a necessidade de um instrumento que regule essa relação de longa duração.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O presente tópico descreve a solução completa a ser contratada para garantir o suprimento logístico de gêneros alimentícios na Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Norte (SR/PF/RN) e suas Unidades Descentralizadas, visando atingir o escopo de fornecimento contínuo, seguro e com qualidade superior.

6.2. Elementos da Solução Contratada

A solução consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento contínuo e sob demanda dos seguintes gêneros alimentícios:

- Café: Nas modalidades Torrado e Moído (Tipo Único/Superior) e Torrado em Grãos, visando atender às diferentes necessidades de preparo e consumo da Unidade, conforme o Regulamento Técnico de Identidade e de Qualidade para a Classificação do Café (ex: Portaria SDA nº 570/2022 ou IN correlata).
- Açúcar: Tipo Cristal, conforme especificação técnica.
- Adoçante: À base de Sucralose ou similar, em embalagens adequadas ao uso coletivo.

O fornecimento será realizado mediante a emissão de Ordens de Fornecimento específicas a partir da Ata de Registro de Preços ou da formalização de Instrumento de Contrato de fornecimento continuado.

6.3. Justificativa Técnica e Econômica da Solução Escolhida

A escolha pela estruturação do fornecimento como contínuo e sob demanda, via Sistema de Registro de Preços (SRP), é a solução que melhor equilibra os fatores logísticos, econômicos e de qualidade para a Administração:

- Vantagem Logística: A entrega sob demanda mitiga o risco de desabastecimento, ao mesmo tempo em que elimina o alto custo de capital parado e os custos de armazenagem na SR/PF/RN, cuja capacidade física de estoque é limitada.
- Garantia de Qualidade: O fornecimento contínuo e fracionado assegura a entrega de produtos com máxima validade e frescor, fundamental para a qualidade do café (que perde propriedades rapidamente) e para evitar perdas por perecibilidade.
- Eficiência Econômica (SRP): O SRP permite a vinculação do fornecedor ao preço registrado pelo prazo da Ata, conferindo celeridade e segurança jurídica nas aquisições, sem obrigar a Administração a adquirir as quantidades totais, otimizando o recurso público conforme a real necessidade de consumo.
- Flexibilidade Contratual: A modalidade se compatibiliza com a possibilidade de firmar Contrato de Fornecimento Contínuo, conferindo maior robustez e controle à relação comercial de longo prazo.

6.4. Mecanismos de Controle e Qualificação da Solução

Para garantir que a solução contratada produza resultados satisfatórios e mitigue o risco de fornecimento de baixa qualidade em um contrato de longo prazo, a modelagem inclui mecanismos específicos que se tornam parte integrante da solução:

- Índice de Mensuração de Qualidade (IMQ): Adoção de um IMQ com parâmetros específicos (umidade, extrato aquoso, elementos estranhos) para fiscalização de 100% dos lotes no recebimento provisório.

- Glosa e Penalidades: Aplicação de glosa financeira de natureza indenizatória/compensatória sobre o faturamento de lotes reprovados (IMQ), além das penalidades administrativas de natureza punitiva (multas e sanções) previstas na Lei nº 14.133/2021.
- Dispensa de Documentos Restritivos: Não serão exigidas garantias contratuais (Art. 96 da Lei nº 14.133/2021) nem a Carta de Solidariedade, pois os mecanismos de IMQ e glosa são considerados suficientes para proteger a Administração, maximizando a competitividade.

6.5. Justificativa para Qualificação Técnica e Não Aplicação de Dispensa

a) Exigências de Qualificação Técnica: As exigências de qualificação técnica e econômica serão objetivas e limitadas ao essencial, focando na capacidade da empresa de fornecer bens registrados e fiscalizados (Ex: comprovação de aptidão para fornecimento similar em contratos anteriores), conforme previsto no Decreto do SRP e na Lei nº 14.133/2021.

b) Não Aplicação de Dispensa de Licitação: A contratação não se enquadra nos limites de dispensa para pequenas compras (Art. 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021), pois o valor global e o caráter contínuo e anual do fornecimento agregam um volume que ultrapassa o limite legal de dispensa, justificando a realização do processo licitatório na modalidade Pregão, para assegurar a melhor proposta e a competitividade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O presente item detalha a estimativa de consumo e as quantidades máximas a serem registradas na Ata de Registro de Preços, referentes aos gêneros alimentícios (Café, Açúcar e Adoçante), para atender às necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte e suas Unidades Descentralizadas.

7.1.1. Ressalta-se que as quantidades estimadas neste instrumento não configuram obrigação de contratação por parte da Administração, mas sim o limite máximo a ser registrado e alcançado. O fornecimento será realizado estritamente sob demanda, em conformidade com as regras do Sistema de Registro de Preços (SRP) e, sucessivamente, pelas regras firmadas no Instrumento de Contrato de Fornecimento Contínuo, caso esta opção seja formalizada a partir da Ata.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO		QTD	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	VALOR TOTAL R\$
				EMBALAGEM	UNIDADE DE MEDIDA			
	1	Açúcar cristal contendo no mínimo 98,5% de sacarose, dissolução rápida, granulometria fina e de cor branca. O açúcar obtido a partir do açúcar de cana purificado, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais ou vegetais. Descrição Complementar: embalagem com dizeres de rotulagem, de acordo com legislação em vigor e registro no Ministério da Saúde. Coloração: branca Tipo: cristal	603269	Pacote	1Kg	2.400	R\$ 4,56	R\$ 10.944,00
	2	Adoçante, aspecto físico líquido. Composto pelo edulcorante sucralose, extraído da cana de açúcar. Tipo: dietético. Características adicionais: bico dosador. Descrição Complementar: embalagem com dizeres de rotulagem, de acordo com legislação em vigor e registro	407523	Frasco	100ml	384	R\$ 6,59	R\$ 2.530,56

1		no Ministério da Saúde. Aspecto físico: líquido. Tipo: sucralose						
	3	Café tipo torrado, apresentação moído, extraforte, procedente de grãos são, limpos e isentos de impurezas, acondicionado em pacote aluminizado alto vácuo, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, com selo de pureza da Associação Brasileira da Indústria do Café – ABIC ou Laudo de análise do produto emitido por laboratório habilitado pela REBLAS/ANVISA para fins de comprovação da qualidade. Descrição Complementar: embalagem com dizeres de rotulagem, de acordo com legislação em vigor e registro no Ministério da Saúde. Apresentação: torrado e moído Tipo: único Torrefação: ponto de torra escura.	463572	Pacote	250kg	3.440	R\$ 15,16	R\$ 52.150,00
	EXCLUSIVO PARA ME/PP							
-	4	Café torrado em grãos , para máquina de café expresso, 100% arábico, com selo de pureza da Associação Brasileira da Indústria do Café – ABIC Gourmet ou Laudo de análise do produto emitido por laboratório habilitado pela REBLAS/ANVISA para fins de comprovação da qualidade. Descrição Complementar: embalagem com dizeres de rotulagem, de acordo com legislação em vigor e registro no Ministério da Saúde. Referência: Três corações, Melitta, equivalente ou de melhor qualidade. Apresentação: Torrado em Grãos Tipo: Tradicional Torrefação: ponto de torra média. Característica Adicional: Grãos Café Arábica	463572	Pacote	1Kg	1.440	R\$ 91,32	R\$131.500,80
	Ampla Concorrência							
TOTAL GERAL ESTIMADO (Grupo 1 e Item 4)								R\$ 197.125,76

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 197.125,76

8.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 197.125,76** (cento e noventa e sete mil, cento e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. No processo em tela, o parcelamento do objeto em itens se mostra tecnicamente viável e não representa perda de economia de escala, bem como visa a ampliação da concorrência e economicidade do contrato. Portanto, a licitação será composta por 1 (um grupo dos Itens 1, 2 e 3) e item 4.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Os bens que se pretende adquirir são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O presente item demonstra o alinhamento da contratação com os planos de governança e artefatos de planejamento instituídos, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021 e pelas diretrizes da Advocacia-Geral da União (AGU).

11.2. Alinhamento com o Planejamento Institucional

O objetivo deste processo licitatório foi formalmente previsto no Plano Anual de Contratações – PAC 2025 do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e está alinhado com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável (PLS, conforme detalhado no item 4.1.1), contribuindo para que se atinja as seguintes diretrizes institucionais:

11.1.1. Fatores Críticos de Sucesso:

- Suporte Operacional: Assegurar o suporte às peculiaridades do trabalho de natureza policial e do serviço administrativo, que não podem sofrer solução de continuidade, sob pena de considerável prejuízo à missão institucional da Polícia Federal.
- Apoio Logístico Efetivo: Garantir um apoio logístico eficiente para a manutenção da força de trabalho nas Unidades.

11.1.2. Objetivos Institucionais:

- Valorização do Servidor: Contribuir para a manutenção de um ambiente de trabalho adequado, o que se traduz em valorização do servidor e das equipes policiais.
- Continuidade de Serviço: Impedir a descontinuidade do fornecimento de gêneros alimentícios essenciais para o funcionamento básico das Unidades.

11.1.3. Ações Estratégicas:

- Atendimento Direcionado: Atender de forma precisa às necessidades de materiais de gêneros alimentícios da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte e da Delegacia de Polícia Federal em Mossoró/RN.
- Sustentação Laboral: Prover apoio logístico fundamental às atividades laborais administrativas e policiais desenvolvidas na circunscrição.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Como já explicitado neste Estudo, o resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir a segurança, a proteção e o bom desempenho das atividades policiais e administrativas da Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Norte, com o fornecimento de gêneros alimentícios, de acordo com os padrões mínimos de qualidade e segurança.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias a adoção de providências para este processo licitatório.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Dada a natureza da aquisição e o fato de tratar-se de compra da qual não resultará grande ambiental prescindiu-se da inclusão de critérios de sustentabilidade.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALINE ANANIAS DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/11/2025 às 11:16:28.

ANGELA MARIA DE OLIVEIRA RODRIGUES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/11/2025 às 14:58:10.

FABIO ARAUJO VANDERLEI

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/11/2025 às 09:08:18.

RAISSA SALDANHA CALISTRATO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/11/2025 às 09:11:04.